



V. 03. N.07 - Jan./Abr. 2023

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO ESCOLAR: O OLHAR DOCENTE  
SOBRE A QUESTÃO**

***SEXUAL EDUCATION IN THE SCHOOL CONTEXT: THE TEACHERS' VIEW  
ON THE ISSUE***

***LA EDUCACIÓN SEXUAL EN EL CONTEXTO ESCOLAR: LA OPINIÓN DE  
LOS PROFESORES SOBRE EL TEMA***

**Valdenês Pacheco Barbosa**

<https://orcid.org/0000-0002-6071-3366>

**Pilar Cordeiro Guimarães Paschoal**

<https://orcid.org/0000-0003-4482-2076>

**Fabricia Ribeiro Gontijo**

<https://orcid.org/0000-0002-5493-5165>

**Cristiane Pereira Lima**

<https://orcid.org/0000-0001-8370-6575>

**Lívia Barbosa Pacheco Souza**

<https://orcid.org/0000-0002-3148-5536>

**Ademar Alves dos Santos**

<https://orcid.org/0000-0002-1552-235X>

**Wagner Antonio Junior**

<https://orcid.org/0000-0003-3930-3052>

**Fabiana Helena da Silva**

<https://orcid.org/0000-0002-6963-3485>



**RESUMO:** A educação sexual, no contexto escolar, ainda que seja um assunto já há muito debatido, mais precisamente desde a década de 1960, ainda hoje, se faz necessário ampliar o debate sobre a questão das políticas públicas e a formação docente nesse quesito. Isso porque é notória a necessidade de políticas públicas que embasem tal discussão e oportunize subsídios e estrutura para a atuação docente. Além disso, embora seja papel preponderante à escola, é necessário que esta instituição seja capaz de auxiliar a família e coibir preconceitos e dirimir resistências. Desse modo, nosso intuito com este trabalho é propor um debate que busque comparar como os discentes de Licenciatura compreendem a sexualidade no contexto escolar. Para isso, buscamos dados com relação a esta questão, verificando como os futuros professores lidam com a temática a partir de coleta de dados, realizada por meio de questionário. A análise possibilitou compreender de que a maioria dos discentes de licenciatura do INFES-UFF não estão preparados para a abordagem do tema em sala de aula.

**Palavras-chave:** Sexualidade. Escola. Formação de professores.

**ABSTRACT:** Sex education, in the school context, although it is a subject that has debated for a long time, more precisely since the 1960s, even today, it is necessary to broaden the debate on the issue of public policies and teacher training in this regard. This is because there is a notorious need for public policies that support such a discussion and provide subsidies and structure for teaching activities. In addition, although the school has a preponderant role, it is necessary for this institution to be able to help the family and curb prejudices and resolve resistance. Thus, our aim with this work is to propose a debate that seeks to compare how undergraduate students understand sexuality in the school context. For this, we sought data regarding this issue, checking how future teachers deal with the theme from data collection, conducted through a questionnaire. The analysis made it possible to understand that most INFES-UFF undergraduate students are not prepared to approach the subject in the classroom.

**Keywords:** Sexuality. School. Teacher training.

**RESUMEN:** La educación sexual, en el contexto escolar, a pesar de ser un tema largamente debatido, más precisamente desde la década de 1960, aún hoy, es necesario ampliar el debate sobre la cuestión de las políticas públicas y la formación de profesores al respecto. Esto se debe a que es notoria la necesidad de políticas públicas que sustenten este debate y proporcionen subsidios y estructura a la enseñanza. Además, aunque sea el papel preponderante de la escuela, es necesario que esta institución sea capaz de ayudar a la familia y frenar los prejuicios y vencer las resistencias. Así, nuestra intención con este trabajo es proponer un debate que busque comparar cómo los estudiantes universitarios entienden la sexualidad en el contexto escolar. Para ello, buscamos datos sobre esta cuestión, comprobando cómo abordan el tema los futuros profesores a partir de la recogida de datos, realizada mediante un cuestionario. El análisis permitió comprender que la mayoría de los estudiantes de licenciatura del INFES-UFF no están preparados para abordar el tema en el aula.

**Palabras clave:** Sexualidad. Escolarización. Formación de profesores.

## **PALAVRAS INICIAIS**

Em muitas culturas, a discussão acerca das questões sexuais tem sido tradicionalmente considerada um tabu desde há muito tempo, muitas vezes, por questões impostas pela religiosidade. Assim, os adolescentes não recebiam nenhuma informação sobre o assunto ou qualquer forma de



instrução até pouco mais de dois séculos. Tal instrução, então, era tradicionalmente deixada aos pais da criança e, muitas vezes, a conversa era adiada até pouco antes do casamento. Ao final do século XIX, no entanto, o movimento educacional progressivo levou à introdução da educação sexual como "higiene social" para os currículos escolares estadunidense e à introdução da educação sexual baseada na escola. (MIRANDA, 2019)

Apesar de as primeiras incursões da educação sexual nas escolas, a maioria das informações sobre essas questões datam de meados do século XX. Além disso, registros comprovam que em maioria das vezes a educação foi obtida informalmente por meio de amigos e da mídia. Além disso, muitas dessas informações, até esse momento, eram deficitárias ou de cunho duvidoso, especialmente, durante o período após a puberdade, quando a curiosidade sobre assuntos é mais aguçada. Essa deficiência na abordagem sobre o assunto foi agravada pelo aumento da incidência de gravidez na adolescência particularmente, nos países ocidentais após a década de 1960.

Como parte dos esforços de cada país para reduzir essas gestações, foram introduzidos programas de educação sexual no Brasil. Inicialmente, com oposição de pais e grupos religiosos, sob forte influência da Igreja Católica. em outras palavras, somente a partir da década de 1960, do século passado que devido às transformações culturais, sobretudo cisões dentro da própria Igreja, que se é possível modificar e iniciar o debate na escola. <sup>1</sup> É importante salientar que sociedades onde a cultura e a religião informam as ações de suas instituições legais, a educação sexual está seriamente sob disputa. (MIRANDA, 2019)

Hoje, porém, existe o Projeto de Lei 584/07, que propõe a criação do Programa de Orientação Sexual, de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas nos estabelecimentos de ensino de Ensino Fundamental e Médio. O projeto de lei em tramitação propõe o debate e implementação da educação sexual nas escolas de todo país como forma de educação abrangente e plural, diferentemente, do que se propunha e se iniciou a educação sexual no passado, uma perspectiva higienista e *punitivista*.

Nesse entrave acerca da temática e a ausência de políticas públicas eficazes residem os professores que pouco compreendem sobre a temática ou se não se sentem à vontade para debater o assunto. Soma-se a isso a forma com a qual o professor compreende a sexualidade, podendo ser, então a forma a qual ele transmite o conhecimento aos alunos. Sabendo disso, este trabalho tem como objetivo entender e debater o conceito de sexualidade a partir da ótica docente, mais especificamente, os que estejam em formação. Para tanto, faremos, então o seguinte percurso, a saber: debatermos como a temática é abordada na graduação, mais especificamente no curso de Pedagogia,

---

<sup>1</sup> Conferir : (FIGUEIRÓ, 1998; ROSEMBERG, 1985)



observaremos as questões sobre políticas públicas e, por fim, a apresentaremos os dados obtidos por meio de entrevistas com os discentes de Pedagogia.

## **EDUCAÇÃO SEXUAL E A PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS E PROPOSTAS**

Os desafios observados na implementação da educação sexual nas escolas em todo o país incluem a falta de financiamento, treinamento de funcionários, mas, sobretudo, a reação percebida ou real dos pais. Assim, os desafios adicionais incluem a falta de tempo de planejamento e tempo dedicado no horário escolar. Os exemplos de implementação maior de programas de saúde escolar, geralmente são considerados como positivos por parte dos professores, associados a níveis mais altos de implementação (por inclusão e proporção de conteúdo de aula como implementado). Além disso, as experiências positivas dos alunos estão associadas aos resultados dos alunos, o que é essencial para os resultados de aprendizagem em todas as áreas curriculares. (REIS, 1999)

Existem dois lados opostos quando a questão é educação sexual. Os liberais sexuais veem o conhecimento sobre sexo como uma forma de equipar os indivíduos para tomar decisões informadas sobre sua sexualidade pessoal e são a favor de uma educação sexual abrangente<sup>2</sup> durante toda a escolaridade, não apenas no Ensino Médio. Os conservadores sexuais veem o conhecimento sobre sexo como um incentivo para os adolescentes praticarem e acreditam que o sexo deve ser ensinado dentro da família para que sua moral seja incluída na conversa. Por fim, os conservadores sexuais veem a importância de ensinar educação sexual, mas apenas por meio de programas somente de abstinência. (BORTOLOZZI, 2014)

Outra visão sobre a educação sexual, historicamente inspirada por sexólogos como Wilhelm Reich e psicólogos como Sigmund Freud e James W. Prescott, sustenta que o que está em jogo na educação sexual é o controle sobre o corpo e a liberação do controle social. Os proponentes dessa visão tendem a observar a questão como política e que a sociedade ou o indivíduo deveriam ensinar/aprender os costumes sexuais. A educação sexual pode, assim, ser vista como fornecendo aos indivíduos o conhecimento necessário para se libertarem da opressão sexual socialmente organizada e para tomarem decisões. Além disso, a opressão sexual pode ser vista como socialmente prejudicial. Especialistas em sexo e relacionamento sugerem que o diálogo aberto sobre intimidade física e

---

<sup>2</sup> A educação sexual tema controverso na atmosfera conservadora da sociedade atual pode ser definido por uma série de procedimentos e condutas a ser ensinada ao sujeito aprendiz, a saber: relações e responsabilidades emocionais; anatomia sexual humana; atividade sexual; reprodução sexual; idade de consentimento; saúde reprodutiva, direitos reprodutivos; saúde sexual; sexo seguro e controle de natalidade. Conferir (BRASIL, 2013).



educação em saúde pode gerar mais autoestima, autoconfiança, humor e saúde geral. (FERNANDES, 2018).

Há, ainda, quem afirme que certos currículos de educação sexual quebram noções pré-existentes de modéstia ou encorajam a aceitação do que consideram práticas imorais, como homossexualidade ou sexo antes do casamento. Naturalmente, aqueles que acreditam que a homossexualidade e o sexo antes do casamento são uma parte normal da sexualidade humana discordam deles. (NUNES, 2009). Muitas religiões, por sua vez, ensinam que o comportamento sexual fora do casamento é imoral ou psicologicamente prejudicial, e muitos adeptos desejam que essa moralidade seja ensinada como parte da educação sexual. Acreditam que o conhecimento sexual é necessário, ou simplesmente inevitável, daí sua preferência por currículos baseados na abstinência. (FERNANDES, 2018)

Um desafio significativo para a criação de um currículo que contemple esse debate inclui encontrar uma maneira de reconhecer as crenças e pontos de vista de formuladores de políticas, responsáveis e professores, sem que para isso precise eliminar as melhores práticas instrucionais. Além de ser necessário equilibrar filosofias conflitantes, a falta de um currículo ou padrões de educação sexual aceitos em todo o país, apresenta outra camada de conflito. Atualmente, independentemente, do avanço significativo da ciência, e a implementação de um modelo equitativo e orientado por dados para uma ampla educação sexual ainda é inibido por obstáculos políticos, socioculturais e sistêmicos (Hall et al., 2016).

O surto de AIDS, sobretudo em países de África, deu um novo sentido de urgência à educação sexual. Em muitos deles, onde a AIDS está em níveis epidêmicos, a educação sexual é vista pela maioria dos cientistas como uma estratégia vital de saúde pública. Algumas organizações internacionais, como a *Planned Parenthood*, consideram que programas amplos de educação sexual têm benefícios globais, como o controle do risco de superpopulação e o avanço dos direitos das mulheres. O uso de campanhas de mídia de massa às vezes resultou em altos níveis de "consciência" juntamente com um conhecimento essencialmente superficial da transmissão do HIV. (UNESCO, 2016)

As perspectivas dos professores em educação sexual podem influenciar o que é ensinado em aula e inerentemente o impacto sobre os resultados de saúde sexual a longo prazo dos alunos. A literatura tem indicado desafios significativos em relação a lésbicas, gays, bissexuais, sujeitos transgêneros, queer (LGBTQIAP+), além de heteronormatividade, incluindo



normas de gênero e raciais. (FERNANDES, 2018). Os professores, então, podem não ter consciência de sua influência negativa quando ensinam os alunos, o que pode ser ainda mais problemático quando se ensina educação sexual. Schutte et al. (2016) afirmou a necessidade de implementação abrangente do programa sobre sexo e educação em saúde sejam bem-sucedidos, mas acrescentou que muitas vezes esquecido. Os professores desempenham um papel significativo na prática de educação sexual na escola, mas os professores são muitas vezes apenas em um papel de apoio durante a fase de implementação.

Por fim, estudos recentes têm mostrado como as crenças pessoais de um educador podem impactar a eficácia global de um programa de educação. Ilustraram, por exemplo, as instâncias pelas quais os distritos escolares intencionalmente projetam seus currículos de educação sexual para considerar as ideologias pessoais de seus instrutores.

Em outras palavras, na ausência de evidências de que currículos ou práticas padronizadas de educação sexual, os educadores têm liberdade para incorporar suas crenças pessoais na sala de aula. No entanto, uma significativa proporção da pesquisa disponível sobre este tópico enfatiza os benefícios de uma abordagem imparcial no currículo baseado em evidências.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO SEXUAL**

As políticas públicas são um conjunto de ideias elaboradas para atender determinados grupos dentro da sociedade. Desta forma, as políticas públicas educacionais são voltadas para diferentes níveis educacionais em diversas etapas, podendo ser elaboradas para atenderem alunos ou outros agentes que sejam parte do contexto educacional, como professores, auxiliares de educação, gestores e outros pertencentes à educação escolar. Logo, entendem-se como política pública educacional as ações governamentais que afetarão tanto as questões de ensino e aprendizagem, quanto o ambiente escolar OLIVEIRA (2010).

O sistema educacional, complexo em sua natureza, além disso, é formado por diferentes instrumentos que mensuram e estabelecem critérios para o seu funcionamento e avaliação. Por exemplo, para o efetivo acontecimento de suas metas e objetivos que podem ser estabelecidos por diferentes agentes com a intenção de levar a educação a todos àqueles a que tem esse direito.

O Estado, por sua vez, sendo o principal responsável pelo processo educacional no país, necessita organizar quais feitos deverão ser perpetuados com o objetivo de que tais direitos possam ser seguramente garantidos. Para isso, não depende de determinadas figuras políticas específicas





atuando para que esses acontecimentos sejam efetivados em diferentes tempos. Vale lembrar que as políticas públicas educacionais são aquelas que dizem respeito à educação regida por um sistema de ensino e que atendem as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 2009). Esta, por sua vez, já faz parte de uma política pública educacional.

Dessa maneira, as políticas públicas visam a assegurar as ações que serão realizadas com vistas a atender determinados grupos assistidos por esse sistema educacional, em diferentes necessidades para acontecer a educação. Assim, de acordo com o direito internacional, o direito das crianças à educação sexual abrangente é um elemento essencial do direito à educação. Em sua essência, educação apropriada sexual abrangente em idade, que ajudem a promover práticas seguras e informadas.

Para Oliveira, as políticas públicas educacionais são aquelas têm efeito direto no ambiente escolar, como descrito a seguir:

Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. (OLIVEIRA,2010, p.04)

Além disso, cabe ressaltar que as políticas públicas, mesmo quando estão em fase de estudos ou levantamento de dados como Censo Escolar, necessitam da consulta pública para que sejam investigadas quais as demandas da população em determinado período. Além disso, algumas necessitam da participação popular, pois a sociedade será beneficiada ou não com tais ações. Isso porque é a comunidade escolar e demais envolvidos na esfera educacional que possuem maior entendimento dos acontecimentos das ações públicas. Além de compreenderem melhor os desafios que permeiam a educação por vivenciarem de maneira mais próxima da aplicabilidade de determinadas ações públicas. Nesse sentido Souza declara que:

A política educacional enquanto vertente da política social é um direito básico e vital de qualquer pessoa. Seu conjunto de planos e programas deve ser capaz de fomentar o saber pensar como instrumento necessário à participação dos cidadãos no jogo de interesses e de poder, presentes nas relações sociais. (SOUZA, 2009, p.24)



Assim, ao pensar na qualidade da educação, é necessário um trabalho conjunto entre Estado e a sociedade, especialmente, na busca de ações que sejam possíveis de serem realizadas. Ações que sejam fruto da participação popular, pois as pessoas que vivenciam a realidade escolar têm propriedade em destacar quais pontos necessitam de implementações ou adaptações para um melhor funcionamento do processo educacional (FERREIRA E SANTOS 2017).

Com efeito, o Ministério da Educação e os demais departamentos estaduais e municipais subordinados deveriam obedecer às decisões internacionais de direitos humanos as quais protegem os direitos à educação sexual abrangente. Isso devendo incluir a garantia de que professores, alunos e outros educadores da escola compreendam e se sintam apoiados no ensino e na realização de atividades inteligentes a expandir o conhecimento sobre esse tópico.

As ações governamentais, por seu turno, elaboradas com o intuito de aprimorar a qualidade educacional escolar podem ser alteradas periodicamente, a depender da situação e desafios enfrentados em determinada época, ou ainda determinada localidade, pois nem sempre uma política que é eficaz na zona rural terá a mesma serventia na cidade. A esse respeito podemos citar o transporte escolar, que oportunizam que crianças moradoras de locais afastados de suas escolas possam estudar, por exemplo, em uma escola localizada no centro urbano.

De fato, segundo Pimenta (2012), a sociedade como um todo considera a educação como fator social primordial, sendo presente em diversos discursos em que os professores podem contribuir para a construção de espaços que permitam a prática de ações educacionais diversificadas. Desse modo, Cordioli contribui ao dizer que:

Assim, como as escolas, os professores também podem construir espaços de autonomia que permitam praticar ações educacionais distintas daquelas propostas pelas políticas educacionais. Portanto, o texto da lei ou da proposição apresentada por um governante percorre um longo caminho e pode chegar de forma muito diferente às salas de aula. (CORDIOLLI, 2011, p. 33)

A criação de uma política pública não garante por si só que tudo que está descrito na legislação de fato se concretizará, como afirmam Nani e Filho:

Para poder identificar os pontos fortes e fracos, e as oportunidades de melhoria de um programa ou projeto, é de extrema importância que sua avaliação seja realizada tanto antes de ser iniciado, quanto durante sua execução ou ainda após seu encerramento, caso se trate de um programa definitivo. Assim, de





posse dessas informações, os gestores podem melhorar a concepção ou implementação de um programa ou projeto, fundamentar decisões e melhorar a prestação de contas sobre políticas e programas públicos. (NANI e FILHO 2016, p. 135).

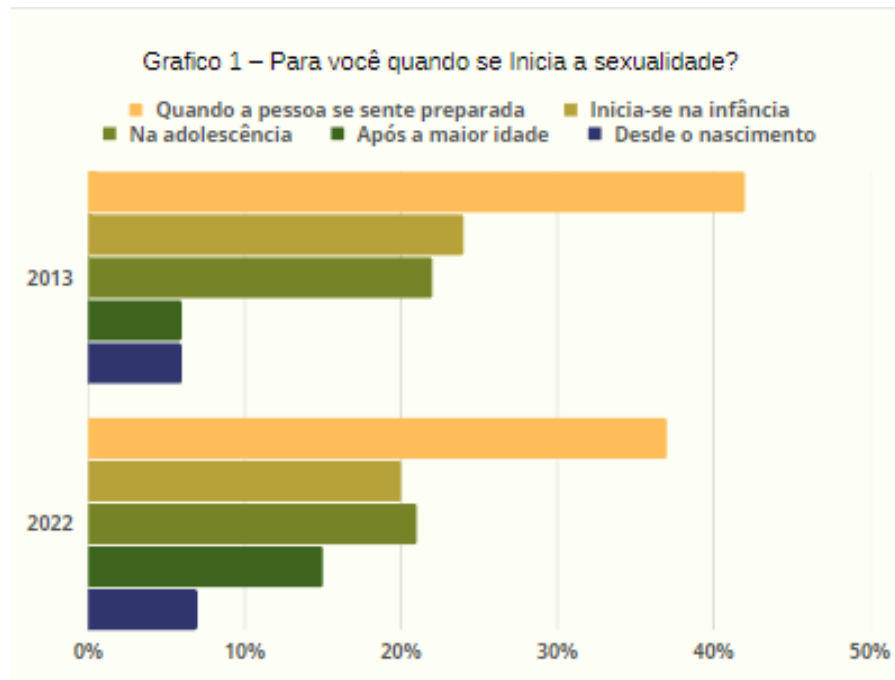
Por esse motivo é de extrema importância que a população, em especial, a comunidade escolar possa acompanhar o desenrolar dos debates para que haja o conhecimento do que se pretende alcançar com a criação de determinada ação até sua efetivação. Desse modo, poderá existir fiscalização por parte da sociedade.

Finalmente, cabe lembrar, ainda, que a LDB (Lei de Diretrizes e Base), tanto em nível federal quanto estadual, exige instruções sobre gênero e sexualidade. Além disso, de acordo com o direito internacional, o direito das crianças à educação sexual abrangente é um elemento essencial do direito à educação. Em sua essência, educação sexual apropriada é abrangente em idade, de modo consistente e que ajudem a promover práticas seguras e informadas para proteger a segurança do sujeito.

## O QUE PENSAM OS FUTUROS PROFESSORES?

A título de confrontar o exposto até aqui, fomos pesquisar as opiniões de sujeitos reais a respeito do tema educação sexual nas escolas. Para tanto, fizemos uma pesquisa qualitativa que teve por método questionários e Grupo Focal. Além disso, é importante esclarecer que para o sujeito da pesquisa foram escolhidos discentes de Pedagogia que estão matriculados na INFES- UFF (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – UFF), situado na cidade de Santo Antônio de Pádua/RJ

Os questionários preservaram o anonimato dos discentes e cada uma das questões foi tabulada e empregada na análise interpretativa. Além disso, foram escolhidas para o desenvolvimento dessa pesquisa, três questões sobre as quais se observou uma análise mais detalhada: **a) Para você quando se inicia a sexualidade? b) Você acredita na educação sexual nas escolas? e c) Como você abordaria este tema com seus alunos? Exemplifique.** Os resultados obtidos encontram-se descritos obedecendo à ordem prevista no questionário. Efetuamos a comparação com modelos gráficos dos quais serão apresentados a seguir:



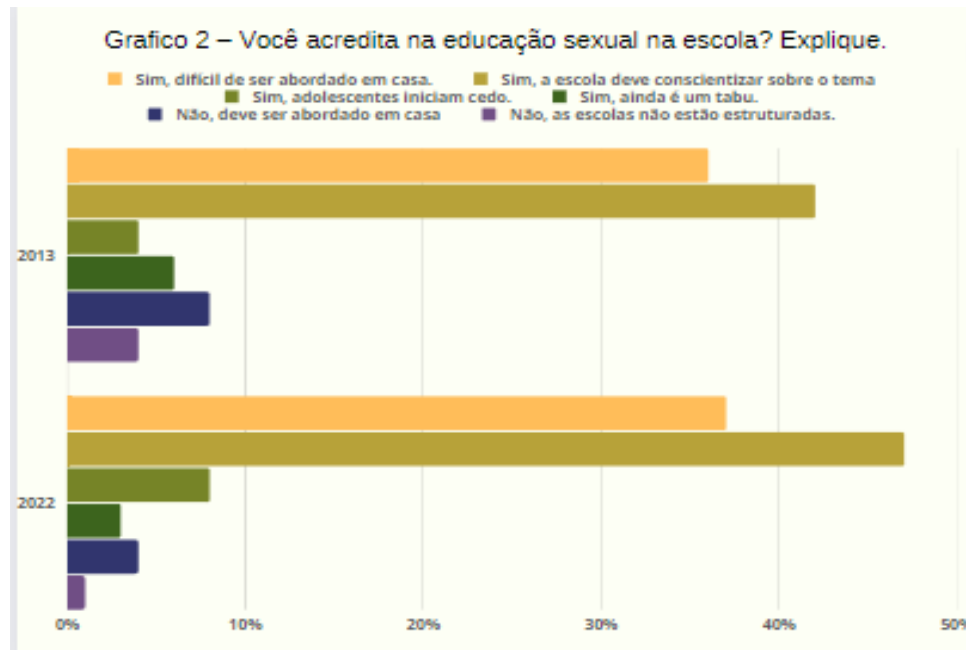
(FONTE PRÓPRIA)

No gráfico 1, apresenta-se o resultado de quando se inicia a sexualidade, sendo observado que a maioria começa, a partir do momento em que a pessoa se sente preparada. Essa premissa resultou na porcentagem em 42%, em 2013 e 37%, em 2022. Pouco mais da metade 24%, em 2013 dos entrevistados revelou que o início se dá na infância, mas em 2022, a porcentagem decaiu, por volta de 20%. Enquanto que 22% dos entrevistados acreditam ser na adolescência o começo da sexualidade, quando entrevistados em 2013 e em 2022, uma porcentagem de 21%. Logo, um empate técnico. Vimos que em 2013, 6% dos entrevistados informaram ser no nascimento, já em 2022 temos 15%. Houve, então, um aumento. Já na maior idade, a iniciação da sexualidade também ficou com apenas 6%, em 2013 e 7%, em 2022.

Como visto por meio do gráfico e os percentuais, é perceptível que o número de discentes, futuros educadores, acreditam na iniciação da sexualidade quando o indivíduo está preparado, já que nas duas pesquisas, é superior aos demais quesitos do questionário. Isso comprova que nossa argumentação de que os estudantes de Pedagogia, sujeitos escolhidos para essa pesquisa, confundem sexualidade com ato sexual.



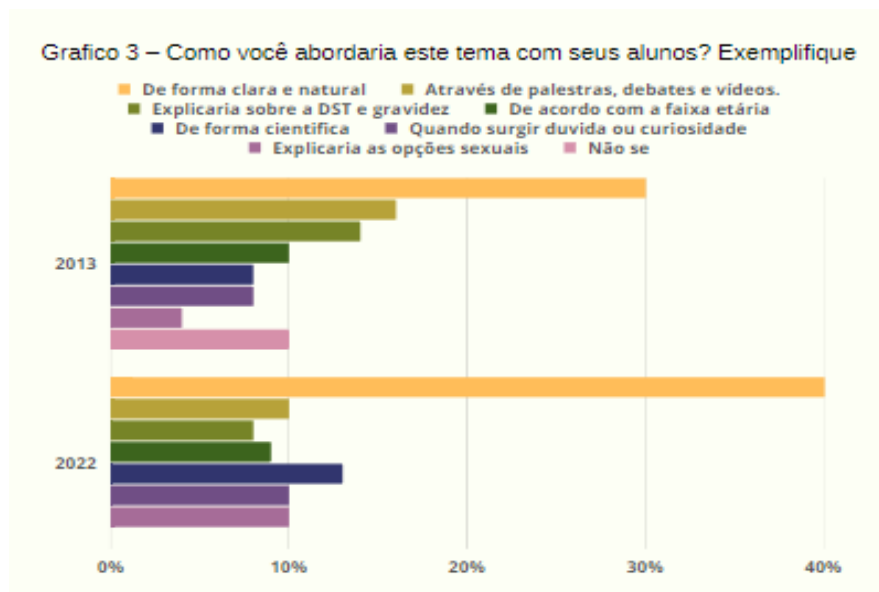
Observemos, agora, o segundo gráfico:



(FONTE PRÓPRIA)

No gráfico 2, abordamos sobre a educação sexual nas escolas. Obtivemos os seguintes resultados, nos quais, em 88%, responderam que “sim” à pergunta sobre a educação sexual na escola, na pesquisa realizada em 2013. Em, em 2022, porém, houve um aumento. Em 95% dos entrevistados consideram importante a educação sexual na escola. Há, porém, 36% dos entrevistados, em 2013, considerarem um tema difícil, pensamento que praticamente se manteve, pois, em 2022, 37% consideram ser um tema difícil para abordar em casa. Quanto ao fato de ser dever da escola, em 42% dos sujeitos consideraram essa premissa, em 2013, subindo para 47%, em 2022. Houve uma pequena elevação no percentual dos acreditam ser dever da escola conscientizar sobre o tema. Outros 4%, em 2013 e 8%, em 2022 abordam a importância da temática por causa da iniciação sexual precoce das crianças. Por fim, em 2013, 6% confirmam que a sexualidade é um tabu, caindo para 3%, em 2022.

Fica evidente, então, pela leitura dos dados que a maioria acredita em à escola ter o dever de conscientizar os alunos nesta temática, mas ainda há entraves para abordagem. Conforme veremos no gráfico a seguir.



(FONTE PRÓPRIA)

Dos questionados na entrevista, 30% informaram que abordaram o tema com seus alunos de forma clara e natural, quando entrevistados, em 2013; já em 2022 a porcentagem subiu para 40% dos entrevistados. Em 2013, 16 % declaram discutir o tema através de palestras, debates e vídeos e, em 2022, essa porcentagem diminui para 10%. Em 2013, 14% explicaria sobre DST e gravidez e em 2022, apenas 8%. Quanto aos que abordaram o tema de acordo com a faixa etária, enquanto 10%, em 2013 e 9%, em 2022, abordaram o tema. Já aqueles que abordaram o tema quando houvesse curiosidade da parte dos alunos somam 8%, em 2013, e 10%, em 2022. Ainda segundo os entrevistados, apenas 4%, em 2013, explicaria a respeito de orientações sexuais. Em 2022, esse número aumentou para 10%. Finalmente, 10% dos sujeitos entrevistados em 2013 não saberiam explicar a respeito do tema e em 2022 a porcentagem foi nula.

Assim, a tabela 3 nos apresenta que, a maioria dos sujeitos discentes entrevistados para essa pesquisa acredita na abordagem do tema sexualidade de forma clara e natural, mas ainda há aqueles que não se sentem à vontade para abordagem do tema na escola. Isso se deve muito em função das crenças pessoais.

Como se pôde notar a partir do exposto nos gráficos e números percentuais, os discentes de Pedagogia, futuros educadores, apesar de considerarem um tema de grande importância a ser observado e debatido na escola básica, ainda pouco entende profundamente a esse respeito. Notemos que ainda confundem prática sexual com educação sexual. Muitos, dos entrevistados como vimos não sabem como abordar a temática, apesar de reconhecer ser um tema educacional. Soma-se a isso,



também, o fato expresso em números, de 1 em cada 3 entrevistados considerar um tema difícil, apesar de não ser um tabu. O que se evidencia, então, é que há necessidade de ampliação do debate a respeito do tema, além de políticas públicas para que haja garantia de material e formação adequada aos discentes e discentes das carreiras de Licenciatura. Apenas dessa maneira será possível avançar com o debate e cumprir as metas internacionais há muito defasadas.

## **PARA FINALIZAR**

Com o passar dos anos, as políticas educacionais e os conceitos de sexualidade foram mudando como reflexo do contexto cultural modificado. Se antes a educação sexual nas escolas tinha finalidade higienista, hoje, é possível dizer que os propósitos visam a questões mais abrangentes como a prevenção de abuso infantil. Ainda assim, há muito o que se debater a respeito. Isso porque a política pública para implementação de tal prática nos currículos escolares perpassa por sujeitos históricos, cujo ser é atravessado pelo discurso religioso. Em outras palavras, ainda que a Igreja Católica não delimite as pautas educacionais como era tratada até o meado do século XX, o conservadorismo religioso forjou a geração de sujeitos que delimitam as questões estruturais do saber escolar.

Acrescente-se a isso, o saber do professor a respeito do tema, que como bem observado, está deficitário. Devemos acrescentar que o modo com o qual o professor compreende os saberes e práticas influencia na forma que ensina a seus alunos, e com educação sexual não é diferente. Por isso, nosso percurso neste trabalho, foi trazer à luz um debate atual a respeito das inquietações sobre a temática abordada: educação sexual em contexto escolar. Além disso, é importante lembrar que a formação docente sobre tal questão urge e é necessária.

Para contextualizar toda essa contenda, percorremos o contexto histórico e abordagens já consolidadas acerca do tema, além de expor as práticas educativas que estão sendo aprendidas no contexto da graduação em Pedagogia. Além disso, propusemos um olhar sobre a opinião dos professores, de modo que assim fosse possível sustentar nossos questionamentos.

## **REFERÊNCIAS**

BORTOLOZZI [et al.]; [organizadores:] Joanalira Corpes Magalhães; Educação para a sexualidade; Paula Regina Costa Ribeiro Rio Grande: Ed. da FURG, 2014. p.285



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**, Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF: Senado Federal, 2009.

CORDIOLLI, Marcos. Consolidando conquistas e construindo o futuro da educação no Brasil. Com Ciência, Campinas, n. 132, 2011. Disponível em <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542011000800011&lng=pt&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000800011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 16 jan. 2023.

FERNANDES; J. A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar;2018. Disponível em: <<https://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>>

FERREIRA, C. S.; SANTOS, E. N. DOS. Políticas públicas educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista Labor**, v. 1, n. 11, p. 143-155, 16 mar. 2017.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Londrina: Eduel, 2014.

Hall, Peter; Taylor, Rosemary. Political Science and three new institutionalisms. *Political Studies*, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.

NANNI, G.; FILHO, J. C. S. Importância da avaliação das políticas públicas educacionais. v. 18, n. 1, p. 14, 2016.

NUNES, . A. O estatuto epistemológico dos discursos contemporâneos sobre sexualidade: re-aproximações histórico-filosóficas necessárias e algumas considerações analíticas impertinentes. **Perspectiva**, [S. l.], v. 16, n. 30, p. 15–34, 1998. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10554>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MIRANDA, Jean Carlos; BARROS, Márcia Graminho Fonseca Braz e. Abordagem do tema sexualidade no ambiente escolar. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 4, 19 fev. 2019

PIMENTA, S. G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11.ed. São Paulo: Cortez, 2012.





REIS. (Re) invenção da escola pública: a sexualidade e a formação continuada dos jovens professores. Projeto de pesquisa. Mimeo, UNI-RIO, 1999.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. Cadernos de Pesquisa, n. 53, 1985, p. 11-19.

SOUZA, L. LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V.; G. **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

UNESCO, 2016 Educação e HIV: evolução e perspectivas– Brasília: .188 p. – (Educação em movimento). Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro :tópicos e objetivos de aprendizagem; SIECUS -- Brasília: UNESCO, 2019. p.53.